

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO

REGULAR: o papel do professor e a importância da afetividade neste processo

GAIARDO, Gracieli¹

RU: 2524466

MANTOVANI, Kathia¹

RU: 2139104

RICETTI, Rogeria Maria ²

RESUMO

No presente trabalho, apresenta-se resultado de pesquisa realizada com o tema a deficiência intelectual (DI), em que buscou-se responder qual é o papel do professor e a importância da afetividade ao atuar com alunos com diagnóstico de DI, inseridos no contexto regular de ensino. Tendo-se que cabe aos professores a construção de práticas pedagógicas, estratégias de ensino que permitam aos alunos com DI seu pleno desenvolvimento e aprendizagem, a justificativa para realização do trabalho assenta-se no fato de que com o conhecimento das deficiências e patologias e a construção de uma sociedade mais afetiva, será possível diminuir o preconceito que ronda o diferente e realizar a verdadeira inclusão. Para tanto, o objetivo geral deste trabalho foi analisar o papel do professor e a importância da afetividade no processo de inclusão de alunos com DI no ensino regular. Os objetivos específicos foram definidos no sentido de apresentar a definição e diagnóstico da DI; demonstrar a importância da formação dos professores; elencar estratégias de ensino que favorecem a aprendizagem. A metodologia utilizada foi de pesquisa bibliográfica, que permitiu constatar a importância e dos professores estarem em constante formação, mantendo-se atualizados e buscando aperfeiçoar suas práticas pedagógicas e da afetividade no processo de inclusão de alunos com DI.

Palavras-chave: Professores. Inclusão. Deficiência Intelectual. Ensino Regular. Afetividade.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como tema a deficiência intelectual (DI) e buscou responder qual é o papel do professor e a importância da afetividade para atuar com alunos com diagnóstico de DI, inseridos no contexto regular de ensino.

¹ Acadêmicas do Curso de Licenciatura em Educação Especial do Centro Universitário Internacional UNINTER. Trabalho de Conclusão de Curso. 1º Semestre - 2021.

² Professora Orientadora no Centro Universitário Internacional UNINTER. Graduada em Pedagogia (UFPR), Especialista em EAD (UFPR) e Mestre em Educação com especialização em Tecnologias na Educação (UNINI/EUA).

Sabe-se que muitas vezes a formação em Educação Especial não fornece suporte suficiente para atuar com alunos com necessidade educacional especial (NEE), por este motivo, precisa-se ir além, procurar novas posturas e habilidades que permitam problematizar, compreender e intervir nas diferentes situações que se deparam em sala de aula.

A justificativa para realização do trabalho assenta-se no fato de que com o conhecimento das deficiências e patologias e a construção de uma sociedade mais afetiva, será possível diminuir o preconceito que ronda o diferente e realizar a verdadeira inclusão. Além disso, a questão chave é como vivemos uns com os outros, ou seja, a necessidade e importância de aprender a conviver.

A escolha por este tema surgiu também pela necessidade de compreender o papel do professor no processo de inclusão de alunos com DI no ensino regular, pois mesmo que toda a comunidade escolar se envolva, cabe aos professores construir novas propostas de ensino, tendo um olhar diferente em sala de aula, sendo o agente facilitador do processo de ensino e aprendizagem.

Na educação, a palavra inclusão significa “estar com” que significa combinação, compreensão, envolvimento. É cuidar uns dos outros, que se pode traduzir em fazer da comunidade escolar uma grande família, onde todos possam ajudar-se, implantando uma nova cultura e uma nova realidade. E o professor, habituado com turmas de alunos sem deficiência, passa a se deparar com situações que diferem bastante da prática tradicional. Deste modo, este profissional precisa ressignificar sua prática, pois vê-se agora diante do desafio de atuar com um grupo heterogêneo em sala de aula.

E para que a inclusão aconteça exige-se uma mudança de atitude dos professores e da escola na busca de novos recursos e estratégias de ensino e aprendizagem, sempre respeitando o ritmo e as peculiaridades de cada aluno, seguindo uma direção para uma educação verdadeiramente voltada à atender as necessidades de todos. Para tanto, o objetivo geral deste trabalho foi analisar o papel do professor e a importância da afetividade no processo de inclusão de alunos com DI no ensino regular.

Tendo ciência da importância de se adotar estratégias de ensino que favorecem o ensino de tais alunos, os objetivos específicos foram definidos no sentido de apresentar a definição e diagnóstico da DI; demonstrar a importância da formação dos professores; elencar estratégias de ensino que favorecem a aprendizagem e; destacar

a importância da afetividade na educação especial.

O professor é a chave fundamental para o processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular, pois é através deles que os alunos aprendem a conviver com as diversidades e diferenças em sala de aula.

A metodologia adotada para o alcance dos objetivos foi de pesquisa bibliográfica.

O presente estudo foi dividido em capítulos e seções, onde inicialmente a introdução fornece uma ideia geral de como o trabalho foi estruturado. Esta parte é composta de Tema; Problema; Objetivo Geral e Objetivos Específicos; Justificativa e Metodologia.

O capítulo dois foi destinado à revisão bibliográfica, que em suas subseções abordou a definição e diagnóstico da DI. Também, foi explanado acerca da importância da formação continuada dos professores para melhor desempenhar suas funções, adotando estratégias de ensino que favorecem a aprendizagem, sendo importante a afetividade em todo este processo.

Na sequência, os subtítulos, dentre os quais, o que apresenta os procedimentos metodológicos e técnicos utilizados para a realização do trabalho.

O capítulo três apresenta as conclusões finais e na sequência as referências que serviram de base ao presente trabalho.

2 O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO REGULAR

As políticas públicas em prol do processo de inclusão têm como objetivo assegurar que os alunos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento (TGD) e com altas habilidades/superdotação, sejam matriculados preferencialmente em escolas que oferecem o ensino regular.

Vários autores, entre eles Tédde (2012); Oliveira, Valentin e Silva (2013) e; Rocha e Cruz (2017) destacam que a partir da convivência em sala de aula com os demais educandos, estes compreendem a necessidade de respeitar e reconhecer as diferenças, valorizando o outro e vendo o sujeito para além da deficiência que apresenta. Porém, a escola precisa ser transformada para que se torne capaz de estabelecer valores humanos a partir de todos e para todos.

Tudo isso é muito sério, pois não é possível falar em inclusão escolar se continuamos a desconsiderar as diferenças, as particularidades, as especificidades dos processos de aprendizagem. É preciso incorporar todas as crianças e adolescentes na dinâmica da escola, construindo um espaço de identificação e de pertencimento, no qual a criança e o adolescente se reconhecem como partes constitutivas da escola (OLIVEIRA; VALENTIN; SILVA, 2013, p. 17).

Portanto, a escola que se pretende inclusiva, precisa realizar seu fazer pedagógico com a utilização de atividades capazes de proporcionar aprendizagem a todos os alunos. Neste contexto, a educação inclusiva no modelo atual é um desafio aos professores, pois exige que os mesmos repensem sua maneira de ensinar, sua cultura, sua política e suas estratégias pedagógicas, adotando uma postura acolhedora diante da singularidade que irá encontrar na sala de aula, a fim de detectar potencialidades e expor habilidades de acordo com a demanda de cada aluno. Diante disso,

O direito à educação necessita ser efetivado através de mudanças nas políticas públicas, formação inicial e continuada de professores; cultura inclusiva escolar, etc. A escola como espaço de convivência, deve abranger a diversidade, recebendo com profissionalismo e cuidado a pessoa com deficiência (ROCHA; CRUZ, 2017, p. 1080).

Constata-se então que para sua efetivação, a educação inclusiva exige mudanças nas políticas públicas e também no processo de formação dos profissionais que nela atuarão, passando a escola a ser concebida como espaço de aceitação e acolhimento e para melhor atender aos alunos com deficiência intelectual (DI), o primeiro passo é conhecer as definições e características da mesma.

2.1 CONCEITUAÇÕES E DIAGNÓSTICO DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (DI)

A inclusão escolar propõe que todas as pessoas têm direito à educação, e o Brasil faz parte dessa concepção que busca reconhecer que as pessoas com deficiência intelectual (DI) também são cidadãos com direitos inquestionáveis, que devem ser defendidos por todos. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), deficiência vem da palavra *deficientia* do latim e sugere algo que possua falhas, imperfeições, não é completo. Serve para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica. Diz respeito à biologia da pessoa (OMS,

2007 apud Tédde, 2012).

Existem Políticas Públicas Nacionais que buscam atender aos interesses e necessidades das pessoas com deficiências, sendo de fundamental importância para os profissionais da educação conhecê-las. No presente caso, aborda-se a DI,

[...] compreendida como um fenômeno relacionado com o desenvolvimento da pessoa e as interações e apoios sociais que recebe, e não somente com base em parâmetros de coeficiente de inteligência (QI abaixo de 70) e de classificação nos níveis leve, moderado, severo e profundo (PLETSCH; BRAUN, 2008, p. 3).

A partir desta explanação, passa-se a entender a DI não como um fato isolado, mas como decorrência do meio e estímulos que o indivíduo recebe. Neste sentido, Honora e Frizanco (2008, p. 103) destacam que ela “[...] não é considerada uma doença ou um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro”.

Desfeito o equívoco que muitas vezes acompanha o entendimento acerca de sua definição, o passo seguinte é conhecer-lhe as causas, o que se faz com base em Tédde (2012, p. 24), segundo a qual,

As causas da D.I. são desconhecidas de 30 a 50% dos casos. Estas podem ser genéticas, congênitas ou adquiridas. Dentre as quais as mais conhecidas são: Síndrome de Down, Síndrome alcoólica fetal, Intoxicação por chumbo, Síndromes neurocutâneas, Síndrome de Rett, Síndrome do X-frágil, Malformações cerebrais e Desnutrição proteico-calórica.

Acredita-se que o fato de as causas da DI serem desconhecidas em 30 a 50% dos casos, o que pode ser considerado um índice alto, contribua para o preconceito gerado pela desinformação em torno da mesma.

De concreto, tem-se que a OMS classifica as causas da deficiência intelectual de duas formas: causas ambientais (60%) e causas genéticas (40%) (HONORA; FRIZANCO, 2008). Para seu diagnóstico, necessita-se do envolvimento de grupos de fatores biomédicos, etiológicos, comportamentais, sociais e educacionais. O diagnóstico de deficiência mental está a cargo de médicos e psicólogos clínicos, realizando-se em consultórios, hospitais, centros de reabilitação e clínicas. Equipes interdisciplinares de instituições educacionais também o realizam.

Segundo Pan (2008), as finalidades do registro diagnóstico são diversas, como por exemplo: elegibilidade; concessão de benefícios e assistência previdenciária;

concessão de proteção legal; acesso a cotas para o ensino superior e a vagas de emprego. A sua realização requer o uso de instrumento e recursos que garantam resultados confiáveis e os manuais de psiquiatria e os sistemas internacionais de classificação estão entre os referenciais que mais orientam tal procedimento. Entrevistas de anamnese e testes psicológicos (particularmente de mensuração da inteligência) são as técnicas mais utilizadas, associando-se ao procedimento de análise clínica.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARA ATUAR COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (DI) NO ENSINO REGULAR

O aluno com deficiência intelectual tem dificuldades impostas pela própria deficiência, mas isso não significa que o mesmo não tenha condições de aprender e ser incluso, tudo ao seu ritmo e tempo, e cabe o professor ter a paciência de acreditar e acompanhar cada avanço. A partir desta constatação “o sistema educacional pode, portanto, intervir para favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com algumas características ‘deficitárias’” (COLL et al., 1995 apud TÊDDE, 2012, p. 20).

Ao iniciar um trabalho em classes que tenham alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), o professor necessita deixar de lado suas incertezas, preocupações e inseguranças em relação à sua inexperiência, já que a cada dia se deparará com situações novas e desafiadoras, independentemente do seu tempo de carreira.

É importante também o entendimento de que “num processo inverso ao da exclusão, é necessária a construção de escolas que permitam o acesso de todas as pessoas tanto no aspecto social, educacional e também afetivo” (ROCHA; CRUZ, 2017, p. 1084). Um trabalho voltado ao direito de oportunidades e igualdade para todos e de poder oferecer para cada indivíduo o que lhe melhor atende as suas necessidades, respeitando suas características, interesse a habilidades.

Todo aquele que se dispõe a trabalhar na educação inclusiva no ensino regular deve estar preparado para novos desafios e para tanto é importante que se mantenha em processo de formação contínua, sempre em busca de saberes e orientações para melhor desenvolver seu trabalho e estar apto a superar as dificuldades que surgirem.

Acredita-se que a formação docente e a busca da qualidade do ensino para crianças com necessidades educativas especiais envolvem, pelo menos, dois tipos de formação profissional: a primeira é a dos professores do ensino regular que conte com o conhecimento mínimo exigido, uma vez que há a possibilidade de lidarem com alunos com “necessidades educativas especiais”; a segunda é a de professores especialistas nas variadas ‘necessidades educativas especiais’ que possam atender diretamente os discentes com tais necessidades e/ou para auxiliar o professor do ensino regular em sala de aula (BUENO, 1993 apud OLIVEIRA et al., 2012, p. 2).

No ambiente escolar é onde acontece o processo de ensino e aprendizagem de uma forma mais intensa e sistematizada, através da interação professor e aluno. Constituindo-se, portanto, em local de diálogo e motivação que faz com que o estudante supere suas dificuldades e apropriem-se dos conteúdos repassados, avançando em seus conhecimentos. Os alunos com deficiência intelectual, por sua vez, requerem um pouco mais de atenção, necessitam de credibilidade e requerem que se acredite em seu aprendizado. Ocorre que,

O professor da sala de aula regular nem sempre está preparado para o trabalho com a criança com deficiência intelectual, fazendo das atividades diferenciadas tarefas para preenchimento de tempo e não para desenvolvimento harmônico e integral [...]. Utilizam propostas baseadas na repetição e na memorização em lugar de buscarem envolver a criança em situações de aprendizagem pautadas em experiências e vivências significativas. Esse modo de tratar a criança revela falta de crédito na capacidade de aprender do deficiente intelectual, ocasionando prejuízos para suas aprendizagens e seu desenvolvimento como ser humano (BORASCHI, 2013, p. 613-614).

Para transformar esta realidade, há que se desenvolver atividades significativas, que proporcionem saltos qualitativos aos alunos com DI, ressaltando que quando estimulados e incentivados, eles nos mostram aprendizagens e desenvolvimentos surpreendentes.

O professor, na perspectiva da educação inclusiva, não é aquele que ministra um ensino diversificado para alguns, mas aquele que prepara atividades diversas para seus alunos (com ou sem deficiência) ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular. As atividades não são graduadas para atender a níveis diferentes de compreensão, e estão disponíveis na sala de aula para que os alunos as acolham livremente, de acordo com o interesse que têm por elas (BATISTA, 2006 apud OLIVEIRA; REIA, 2017, p. 28-29).

Nesse sentido, o professor como mediador do conhecimento e condutor da aprendizagem precisa ser flexível, analisando e revisando seu plano de ensino e sempre que for necessário, realizar alterações e adaptações, visando sempre ao desenvolvimento do aluno.

Cabe também ao professor estar preparado e ter conhecimento acerca das estratégias e recursos que utilizará, pois mesmo que trabalhe com vários alunos com DI, nem todos aprenderão da mesma forma e com as mesmas estratégias de ensino. A apropriação de conhecimento acontece individualmente, porque cada aluno é único.

Para que a inclusão aconteça é importante que haja algumas estratégias auxiliares ao professor na sala de aula, precisa-se fazer com que os alunos estejam envolvidos nas mesmas atividades que os restantes da turma. Assim, pontua a Secretaria de Educação de São Paulo:

- Tratar o aluno de maneira natural, não adotando atitudes super protetoras, infantilizada ou de rejeição;
- Respeitar sua idade cronológica, oferecendo atividades compatíveis relacionadas ao que está sendo ensinado aos demais alunos;
- Incentivar autonomia na realização das atividades;
- Estabelecer objetivos, conteúdos, metodologias, avaliação e temporalidade de acordo com a necessidade do aluno;
- Dividir as instruções em etapas, olhando nos olhos do aluno;
- Respeitar o ritmo de aprendizagem, oferecendo desafios constantes;
- Repetir instruções/atividades em situações variadas, de forma diversificada;
- Estabelecer regras junto com o grupo de alunos procurando ressaltar a qualidade de cada;
- Reforçar comportamentos adequados; e
- Apresentar os espaços físicos construindo referências que os torne mais familiares (SÃO PAULO, 2012, p. 141).

Não existe um método específico para incluir alunos com DI. Porém, existem métodos que podem ser utilizados para contribuir na aprendizagem e desenvolvimento destes alunos. Faz-se necessária então, uma reflexão constante sobre métodos e estratégias de ensino que auxiliem os alunos neste processo de descobertas, para que as dificuldades presentes no dia a dia sejam superadas.

2.3 ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (DI) NO ENSINO REGULAR

Devido à grande diversidade presente nas escolas, os professores precisam estar sempre preparados em realizar vários planejamentos de aula, com estratégias potencializadoras da aprendizagem. Independente de qual seja o conteúdo escolhido, os processos de ensino e aprendizagem devem considerar as características dos alunos em todas as suas dimensões (cognitiva, social e afetiva), garantindo a participação de todos, respeitando seu grau de comprometimento cognitivo,

perceptivo ou motor.

Afinal nem todos os alunos seguem o mesmo caminho para a construção do conhecimento. E com os alunos com deficiência intelectual não é diferente, pois cada um apresenta limitações e potencialidades específicas (pois cada aluno tem suas experiências pessoais vividas) sendo assim cada um apresenta um ritmo de aprendizado diferenciado.

Conhecer a potencialidade dos alunos, suas limitações e valorizar suas qualidades, fazem com que o ser humano se realize pessoalmente, tornando-se independente e autônomo para realizar as atividades fora da escola (FERREIRA; VILLELA, 2011). Como educadores sabemos que não há estratégia pedagógica que sirva para todos os alunos e não podemos justificar o conhecimento não adquirido pelas limitações que a aluno com deficiência intelectual (DI) apresenta. As limitações devem ser sim consideradas, mas nunca como um fator determinante.

De modo geral, os alunos com DI apresentam raciocínio e compreensão abaixo da média em relação à outras crianças da mesma idade e isso exige do professor muito esforço e dedicação, adicionado de estratégias de ensino altamente eficientes e desafiadoras. Deste modo,

Incluir requer considerar peculiaridades, requer cruzamento de culturas, requer olhar a singularidade de cada um dentro da pluralidade, requer olhar a parte no todo e o todo na parte. Implica, ainda, considerar as crenças, mitos e valores de cada um, bem como considerar as emoções envolvidas no relacionamento (MATTOS, 2008, p. 52).

A crença nas possibilidades do sujeito e no papel do aprendizado no desenvolvimento dessas possibilidades está explícita nas obras de Vygostky dedicadas às pessoas com necessidades educativas especiais (NEE). Para ele, “todas as crianças podem aprender e se desenvolver... As mais sérias deficiências podem ser compensadas com ensino apropriado, pois, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental” (VYGOTSKY, 1989 apud COSTA, 2006, p. 234).

É necessário então, um ensino apropriado para que ocorra a aprendizagem. Deste modo, o professor deve conhecer as dificuldades e identificar as possibilidades de aprendizagem dos alunos com DI, para poder buscar recursos que permitam facilitar e concretizar suas práticas pedagógicas. As atividades elaboradas precisam ser enriquecedoras e capazes de fortalecer as potencialidades dos alunos, sempre

levando em conta o que eles já sabem, seu conhecimento do mundo, sua forma de interagir com os colegas e seu modo particular de aprender.

Uma das estratégias para dar sentido ao aprendizado é relacioná-lo com a própria vida do aluno. Devemos ressaltar que cada aluno aprende de formas diferentes e é fundamental saber qual modelo de aprendizado é mais eficaz e no Quadro 1 são apresentadas algumas atividades que podem ser utilizadas em relação às dificuldades cognitivas apresentadas na leitura e na escrita.

Quadro 1 – Atividades propostas para dificuldades na leitura e na escrita

Situação	Caminhos possíveis
Dificuldades cognitivas na leitura e na escrita	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar atividades com texto, com imagens, trabalhar o alfabeto móvel, fazer construção de frases e texto a partir de sequência de fatos; montar quebra-cabeça com palavras chaves trabalhadas no texto; trabalhar com vários gêneros textuais; diferentes jogos pedagógicos com palavras cruzadas e com formação de palavras através da figura. Para desenvolvimento socioafetivo.
Para desenvolvimento socioafetivo	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar com jogo simbólico e de cooperação, realizar atividades em grupo, utilizar diferentes recursos artísticos (pintura coletiva, fantoches, modelagem com diferentes materiais); desenvolvimento da linguagem.
Desenvolvimento da Linguagem	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar com dramatizações, teatro, músicas, leitura de imagens; diferentes jogos que trabalhem com a expressão verbal e não-verbal, trabalhar com músicas, contação de história; trabalho com utilização de softwares e outros recursos tecnológicos; • Organizar situações em que a criança seja estimulada, motivada e provocada a se expressar oralmente através de descrições de imagens, fotos, recontos orais e relatos de experiências; • Relatos orais, registro oral de passeios, visitas, atividades de dramatização e brincadeiras livres que permitam ao aluno exercitar sua capacidade criativa e de expressão verbal.

Fonte: Adaptado de Souza e Carvalho (2012, p. 12-13).

Buscar atividades que envolvem a emoção, algo que torne agradável para o aluno. Outro ponto muito importante para aprendizagem de alunos com DI é dar significado ao que será ensinado, pois os mesmos irão prestar mais atenção em algo que faz sentido para eles. Estes devem ter por parte dos professores o reforço positivo

a mais que os outros alunos. O reforço positivo é um elogio, abraço fazendo com que o aluno se sinta feliz e determinado. Sempre que os alunos se comportam da maneira que desejamos que continuem a fazê-lo, o reforço positivo, imediato, acrescenta a probabilidade de que prossigam agindo assim (HUNTER, 1989).

Por isso é muito importante reforçar positivamente cada acerto do aluno, sendo a afetividade fator fundamental neste processo.

2.3.1 A afetividade na Educação Especial

Quando se fala em educação, imediatamente se pensa em escola. Contudo, seu papel não se reduz somente ao pedagógico, mas também ao emocional e afetivo do indivíduo. Para se falar da interferência da afetividade no processo de ensino e aprendizagem, cabe inicialmente conceituá-la. Entre os vários significados existentes, destaca-se aquele expresso por Antunes, segundo a qual a afetividade é:

Um conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de emoções que provocam sentimentos. A afetividade se encontra 'escrita' na história genética da pessoa humana e deve-se a evolução biológica da espécie. Como o ser humano nasce extremamente imaturo, sua sobrevivência requer a necessidade do outro, e essa necessidade se traduz em amor (ANTUNES, 2006, p. 5).

Neste conjunto elaboram-se os vínculos que irão estruturar seus conhecimentos e aprendizagens futuras, favorecendo assim na construção de seu caráter e sua autonomia, suas opiniões. Visando à promoção afetiva, social e cultural das crianças no convívio em comunidade. Depreende-se então que a afetividade é essencial e imprescindível na construção dos seres humanos, principalmente quando se refere a alunos e professores que possuem contato diário na comunidade escolar.

[...] a emoção tem função social, de comunicação: atuar sobre o outro e o empurrar para atender suas carências; mobilizar o outro. A emoção tem a ver com a relação com o meio humano e não com o meio físico. Por isso da importância da interação no interior da sala de aula bem como no contexto escolar entre aluno e professora, mas também aluno com aluno, é preciso que os professores fiquem atentos as determinadas situações e necessidades que os alunos apresentam. Não perder o contato com os alunos, prestar atenção no que vem acontecendo no envolvimento de suas aulas, conhecerem seus alunos e ir ao encontro de suas dificuldades. Ajudá-la e não excluí-la (WALLON apud VASCONCELLOS, 1998, p. 34).

Para Wallon, emoção e afetividade não se dissociam e a evolução afetiva depende de construções realizadas no plano da inteligência assim como a evolução da inteligência depende das construções afetivas; mesmo admitindo que em determinados momentos possa haver o predomínio de uma sobre a outra.

Vygotsky (2002) foi outro estudioso que fundamentou suas teorias com ênfase na relação entre afeto e conhecimento. Para ele, as emoções integram-se ao funcionamento da mente e participam ativamente de sua configuração. Entendia ainda que a aprendizagem torna possível a associação da razão com os sentimentos, propiciando o aperfeiçoamento espiritual e seu crescimento profissional, o exercício da cidadania, tornando-se assim responsável e participante da história.

A forma de pensar que nos foi imposta pelo meio que nos rodeia, inclui também, nossos sentimentos. Não sentimos simplesmente: o sentimento é percebido por nós sob forma de ciúme, cólera, ultraje, ofensa. Se dizemos que desprezamos alguém, o fato de nomear os sentimentos faz com que estes variem, já que mantém uma certa relação com nossos pensamentos (VYGOTSKY, 2002, p. 73).

Neste contexto, a atuação do profissional da educação vem contribuir com o papel da família, por isso é de grande importância a sua formação, pois ele é quem vai criar os espaços, disponibilizar materiais, enfim, quem vai fazer a mediação da construção do conhecimento.

Deste modo, o professor precisa fazer frequentemente cursos para estar sempre atualizado, se aperfeiçoando com as novas tecnologias e novos conhecimentos sociais e culturais, para dessa forma estar atualizado e envolvido com o meio social, pois apenas conhecimentos disciplinares não são suficientes para um bom exercício profissional e na educação especial,

A afetividade é um caminho para incluir qualquer educando no ambiente escolar. É a mediadora entre a aprendizagem e os relacionamentos desenvolvidos em sala de aula, na busca da inclusão de qualquer educando na escola. Entende-se a diferença como a especificidade de cada um, em seus múltiplos e complexos comportamentos. Entende-se, ainda, a diferença como o vivido de cada um, em sua realidade social e cultural. Entende-se, mais ainda, que a permanência do educando na escola depende da aceitação, da motivação e da autoconfiança que ele percebe quando entra no ambiente escolar. Esses fatores e tantos outros podem facilitar a permanência e a aprendizagem (MATTOS, 2008, p. 5).

Assim, as escolas precisam assumir um compromisso com as relações afetivas no contexto escolar, necessitam usar diversas possibilidades para ajudar na

convivência de professores e alunos. Isso implica ter clareza no aspecto de incluir a todos, criar alternativas para a boa relação, deixar de lado o certo ou o errado. Deixar de buscar culpados para cada situação e proporcionar alternativas para que os envolvidos possam chegar a soluções dos problemas de convívio existentes.

Hoje muitas coisas mudaram as relações família, o que acaba por respingar na escola devido à ausência dessas na educação de seus filhos. Há além das situações apresentadas o fato de que muitas dessas crianças e adolescentes são cuidadas por avós, por mães ou pais solteiros. Também tem crianças de abrigos e que foram à escola somente na hora da matrícula.

O desenvolvimento de relações afetivas propicia um ambiente acolhedor e saudável de aprendizagem para o aluno com deficiência. O professor que efetiva essa prática em sala de aula consegue obter de seus alunos superações de barreiras e bloqueios que o impedem, muitas vezes, de aprender. O aluno com deficiência, ao sentir-se acolhido sente-se em segurança, melhora sua autoestima e sua autoconfiança. Esse domínio afetivo complementa o desenvolvimento cognitivo (ROCHA; CRUZ, 2017, p. 1086).

Deste modo, as escolas precisam ser compreendidas como sendo um espaço onde a estimulação afetiva é necessária e possível, pois no ambiente escolar, a formação cognitiva, o conhecimento científico é privilegiado. Contudo, o cognitivo e o afetivo se relacionam estreitamente um ao outro.

As crianças na educação básica, mais precisamente do ensino fundamental, necessitam de maior aproximação com o adulto, com seus professores. Diante dessa perspectiva, o professor se torna parte importante para a aprendizagem dos alunos, sendo a afetividade um dos elementos que influenciam diretamente esse processo.

[...] A educação é um processo que se dá através do relacionamento e do afeto para que possa frutificar. [...] o aluno, como todo ser humano precisa de afeto para se sentir valorizado. [...] o professor é a referência, é modelo, é exemplo a ser seguido e, exatamente por causa disso, o pouco que fizer afetosamente, uma palavra, um gesto, será muito para o aluno com problemas (CHALITA, 2001, p. 151-153).

Neste contexto, os materiais estudados para elaboração do presente artigo permitiram constatar que deve-se na prática pedagógica dar ênfase à atividades que não visem apenas o desenvolvimento cognitivo do alunos, mas que privilegie a construção de um ser humano integral, através de atividades dinâmicas e desafiadoras, que despertem no sujeito-aprendiz o gosto e a curiosidade pelo

conhecimento e pelo viver, ampliar a educação para as habilidades sociais e psicológicas.

Na mesma linha, Kullok (2002) indica alguns aspectos que precisam ser observados para uma boa aula, entre eles, afirma que o professor precisa observar mudanças no comportamento dos alunos e valorizar sua interação com os mesmos, compreendendo a sala de aula como espaço de relações afetivas e sociais.

Para finalizar, no entendimento de Sousa, Araújo e Lopes (2018) o papel da afetividade no processo de inclusão da criança com DI consiste em entender o sujeito como um ser intelectual e afetivo, que pensa e sente concomitantemente. A afetividade exerce um papel imprescindível no contexto educacional inclusivo, bem como no entendimento e na compreensão das relações interpessoais, sendo que ao mesmo tempo envolve fatores complexos como conceitos, preconceitos, estereótipos e diferenças.

2.4 METODOLOGIA

O interesse em pesquisar sobre a deficiência intelectual (DI) se deu a partir da verificação do aumento de crianças com necessidades educacionais especiais (NEE) no ensino regular e da importância, como futura docente, de se preparar junto à comunidade escolar para acolher esses alunos com o melhor preparo possível.

No processo investigatório, tão importante quanto definir o tema é a definição da metodologia adotada para a pesquisa. Assim, o presente estudo teve como abordagem a pesquisa qualitativa, onde “[...] há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (SILVA; WEIDUSCHAT; TAFNER, 2006, p. 122).

Em relação aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, que segundo os autores acima, “[...] visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses” (SILVA; WEIDUSCHAT; TAFNER, 2006, p. 123).

Tendo que a pesquisa bibliográfica é o passo inicial e imprescindível na construção efetiva de um protocolo de investigação, Silva, Weiduschat e Tafner (2006) explicam que este tipo de pesquisa envolve levantamento bibliográfico elaborado a

partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet.

A presente pesquisa foi elaborada unicamente a partir de pesquisa bibliográfica e para sua efetivação foram utilizados livros e revistas impressos e eletrônicos, artigos, entre outros, os quais demonstraram assim a importância dos professores estarem preparados para atuar numa proposta inclusiva, no ensino regular com alunos com DI.

Na busca por atingir os objetivos estabelecidos na pesquisa, fez-se necessário analisar obras e propostas de diversos autores, entre eles, Tédde (2012); Oliveira, Valentin e Silva (2013); Rocha e Cruz (2017) e; Boraschi (2017), que incentivam a formação e preparo adequado dos professores para facilitar o processo de ensino aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste estudo que teve como objetivo geral analisar o papel do professor e a importância da afetividade no processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual (DI) no ensino regular acredita-se ter alcançado o mesmo e respondido ao problema de pesquisa. Ao longo do trabalho, os materiais utilizados reforçaram que ambos têm grande importância no sentido de ajudar o aluno com deficiência a se desenvolver no aspecto cognitivo, pessoal, social e favorecer a sua inclusão na escola.

Percebe-se igualmente que fatores internos à estrutura escolar, tais como a organização (administrativa e disciplinar), o currículo, os métodos e os recursos humanos e materiais da escola são determinantes para a inclusão dos alunos com deficiência. Daí torna-se urgente a construção de um Projeto Político Pedagógico (PPP) capaz de atender de fato a todos os alunos em suas diferenças, repensando e investindo na formação - inicial e contínua - do professor tanto do ensino regular quanto do especial e nos recursos humanos e materiais que deverão ser apropriados pela escola e pela classe regular.

Para que isso se concretize, porém, faz-se necessário e urgente mudar as atitudes e expectativas humanas, pois a política de inclusão vai além de apenas matricular um aluno com DI no ensino regular, ela perpassa a própria maneira de ver

e entender o diferente na sociedade.

Outro ponto que chegou-se à conclusão é que para aluno com deficiência deve-se estabelecer uma estratégia diferente. Para que esta tarefa seja mais significativa, é importante que as atividades da vida diária sejam realizadas com o intuito lhes fornecer maior autonomia e qualidade de vida. Destaca-se ainda que as atividades serão mais significativas se forem realizadas com o uso de objetos concretos.

Para aumentar a expectativa de aprendizagem do aluno com DI, é muito importante que o olhar do professor para com esses alunos seja acolhedor, acreditando na capacidade de cada um tem de superar seus limites. Outro resultado esperado é que ele se reconheça como uma pessoa capaz de aprender e de se expressar, e desenvolva cada vez mais sua capacidade de comunicação por meio do uso de diferentes tipos de expressão (verbal e não-verbal), bem como supere sua dificuldade de atenção e concentração.

Portanto, o professor precisa manter uma relação de diálogo com toda a comunidade escolar; ajudar todos a aprimorarem o olhar para o potencial do aluno; ajudar o próprio aluno ver e acreditar no seu potencial, uma vez que estes alunos necessitam desse investimento, por estarem desacreditado e/ou excluído, é preciso despertar neles o desejo por aprender.

Para que a inclusão de alunos com deficiência aconteça, é imprescindível que os professores busquem capacitação, aperfeiçoamento e formação continuada, visando um ensino que respeite as diferenças e particularidade de cada um, em direção à uma educação verdadeiramente voltada ao atendimento das necessidades de todos.

Diante disso, nota-se que é preciso avançar, focar no potencial de cada aluno, de cada criança, olhando para suas possibilidades e não para as suas limitações. E como profissionais em processo de formação acadêmica, é preciso ter em mente que incluir é mais do que integrar um aluno na sala de aula, inclui é conviver, aceitar, respeitar, ajudar nas dificuldades é tornar-se igual diante das diferenças, ter um olhar empático, compreensivo, pois o mundo é feito de diferenças e precisamos saber conviver com elas.

Para finalizar, espera-se mesmo modestamente poder contribuir com a discussão em torno do tema e fica a sugestão para novos estudos no intuito de ampliar a compreensão e assim diminuir o preconceito que ronda o diferente e ignorado na sociedade.

Fica também registrado o agradecimento à todos os profissionais da Uninter, por primarem por uma educação de qualidade e não medirem esforços para que a graduação fosse concluída sem prejuízos, nestes tempos de pandemia. >

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **A afetividade na escola: educando com firmeza**. Londrina: Maxiprint, 2006.

BORASCHI, Marilene B. Alfabetização e letramento em crianças com deficiência Intelectual. **Rev. G&S** [Internet]. p. 612-623, 14 ago. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/293>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

CHALITA, Gabriel. **Educação: a solução está no afeto**. 8. ed. São Paulo: Gente, 2001.

COSTA, Dóris Anita Freire. Superando limites: a contribuição de Vygotsky para a educação especial. **Revista Psicopedagogia**, v. 23, n. 72, 2006. Disponível em: <<https://cdn.publisher.gn1.link/revistapsicopedagogia.com.br/pdf/v23n72a07.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

FERREIRA, Shirlei Aparecida; VILLELA, Wilza Vieira. Dança: contribuições para a autoestima e auto-conceito de crianças e adolescentes. **Revista Digital EFDeportes**, Buenos Aires, a. 16, n. 156, maio. 2011. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd156/danca-contribuicoes-para-a-auto-estima.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes. **Esclarecendo as deficiências: aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

HUNTER, Madeline, **Teoria do Reforço para Professores**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

KULLOK, Maísa G. B. **Relação Professor-aluno: contribuições à prática pedagógica**. Maceió: EdUFAL, 2002

MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. A afetividade como fator de inclusão escolar. **Teias**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 18, p. 50-59, jul./dez. 2008. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24043>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; VALENTIN, Oscar Dourado; SILVA; Luis Henrique. **Avaliação pedagógica: foco na deficiência intelectual numa perspectiva inclusiva**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_11__oliveira.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2021.

OLIVEIRA, Elizângela de Souza et al. Inclusão social: professores preparados ou não? **POLÊMICA**, v. 11, n. 2, 2012. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/rt/printerFriendly/3103/2224#:~:text=Acredita%2Dse%20que%20a%20forma%C3%A7%C3%A3o,a%20possibilidade%20de%20lidarem%20com>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

OLIVEIRA, Juliana Thais; REIA, Letícia. 55 f. 2017. **A Inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) - Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, Lins, SP, 2017. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/61065.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

PAN, Miriam A. Graciano de Souza. **O direito à diferença**. Curitiba: IBPEX, 2008.

PLETSCH, Márcia Denis; BRAUN, Patrícia. A inclusão de pessoas com deficiência mental: um processo em construção. **Rev. Democratizar**, v. II, n. 2, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.faetec.rj.gov.br/index.php/institucional/revistas-faetec/revista-democratizar/category/4-v2-n2?download=29:Democratizar>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

ROCHA, Scheilla Conceição; CRUZ, Cândida Luisa Pinto. Afetividade no contexto escolar inclusivo. In: SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão, 1, 2017, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre, 2017, p. 1079-1090. Disponível em: <<https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-10/completo-2.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE. **Deficiência intelectual: realidade e ação**. São Paulo: SE, 2012. Disponível em: <http://cape.edunet.sp.gov.br/cape_arquivos/Publicacoes_Cape/P_4_Deficiencia_Intelectual.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.

SILVA, Antônio C.; WEIDUSCHAT, Iris; TAFNER, José. **Metodologia do trabalho acadêmico**. Indaial: ASSELVI, 2006.

SOUSA, Marciel Carlos de; ARAÚJO, Francisco Roberto Diniz; LOPES, Suelda Maracio da Silva. O processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual numa perspectiva afetiva. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA – CINTEDI, 3, 2018, Campina Grande. **Anais eletrônicos...** Campina Grande, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2018/TRABALHO_EV110_MD1_SA6_ID2973_12082018225846.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.

SOUZA; Fátima da Silva; CARVALHO, Néclea Dantas de. A inclusão do aluno com deficiência intelectual: Caso Sol. In: EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 6, 2012, São Cristóvão. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10174/24/23.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

TÉDDE, Samantha. **Crianças com deficiência intelectual: a aprendizagem e a inclusão.** 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, 2012. Disponível em: <https://unisal.br/wp-content/uploads/2013/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Samantha-T%C3%A9dde.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.

VASCONCELLOS, Celso S. **Processo de mudança da prática educacional.** São Paulo: Libertad, 1998. (Série Textos de Aprofundamento - 1).

VYGOTSKY, Lev S. **Teoria e método em Psicologia.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.